



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ACORDO DE COOPERAÇÃO N. 2023/344.0

PROCESSO N. 954980/2023

ACORDO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, OBJETIVANDO A OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO DE TV DIGITAL NO ESTADO DA PARAÍBA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DIGITALIZA BRASIL, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

Ao(s) 27 dia(s) do mês de Dezembro de 2023, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, doravante denominada simplesmente CÂMARA, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, representada neste ato pelo seu Presidente, o Deputado Arthur Lira, brasileiro, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, doravante denominada ASSEMBLEIA, com sede no endereço Praça João Pessoa, SN - Centro, João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ sob o n. 08.761.124/0001-00, neste ato representada por seu Presidente, o Deputado Estadual Adriano Galdino, brasileiro, celebram o presente Acordo, em conformidade com as disposições do Ato da Mesa n. 52, de 17/10/2012, e, no que couber e na ausência de norma específica, da Lei n. 14.133, de 1/4/2021, de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Este Acordo de Cooperação Técnica é complementar a eventual instrumento assinado entre a CÂMARA DOS DEPUTADOS e a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, exclusivo para as operações nas localidades cujas outorgas foram consignadas pelo Ministério das Comunicações no âmbito do Programa Digitaliza Brasil no estado da Paraíba, instituído pela Portaria do Ministério das Comunicações n. 2.524, de 4 de maio de 2021, conforme Projeto da Astral aprovado pelo Acórdão nº 635, de 1 de dezembro de 2020, da Agência Nacional de Telecomunicações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo tem por objetivo adotar ações conjuntas visando à transmissão da Rede Legislativa de TV Digital dos partícipes nos municípios do estado da Paraíba contemplados pelo Programa Digitaliza Brasil, listados no Anexo I da Portaria do Ministério das Comunicações n. 2.524, de 4 de maio de 2021, por meio de canais consignados à CÂMARA, mediante a cessão de uma subcanalização de cada canal de televisão digital para a ASSEMBLEIA e o compartilhamento das estações de radiodifusão, instaladas e licenciadas pela Seja Digital e sob responsabilidade das prefeituras dessas localidades.

Doc.: 250406 / 1 (ERV)



Documento assinado por: Dep. ARTHUR LIRA
Selo digital de segurança: 2023-ROWE-QCGL-PXET-RVUK



Documento assinado por: Geane Aparecida Gomes Vieira
Selo digital de segurança: 2023-XFHG-FDEG-MPJN-DNFK



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo primeiro – Entende-se por Rede Legislativa de TV Digital a transmissão em multiprogramação, por meio de subcanalizações distintas, dos sinais de televisão das emissoras legislativas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Assembleia Legislativa e, em alguns casos, da Câmara Municipal.

Parágrafo segundo – Entende-se como subcanalização a utilização de um ou mais segmentos OFDM (*Orthogonal Frequency Division Multiplexing*) que compõem o espectro central de radiodifusão do canal de televisão digital, conforme modelo aprovado pela Norma NBR 15.601 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Parágrafo terceiro – A CÂMARA, detentora dos canais digitais consignados pelo Ministério das Comunicações, no âmbito do Programa Digitaliza Brasil, do Ministério das Comunicações, deverá ocupar a primeira subcanalização (.1) e tem o direito de uso de sua programação no 13º segmento do canal (*one-seg*), em conformidade com os regulamentos do citado Ministério. Os demais subcanais obedecerão à sequência: TV Assembleia (.2), TV Câmara Municipal (.3), TV Senado (.4) e Rádio Câmara (.5).

Parágrafo quarto – Cada estação de Radiodifusão de Televisão Digital instalada e licenciada pela Seja Digital, no âmbito do Programa Digitaliza Brasil, do Ministério das Comunicações, sob posse e responsabilidade da prefeitura local, consistirá de uma torre de transmissão com toda infraestrutura necessária, transmissor, sistema irradiante e demais equipamentos acessórios, com a função de captar e transmitir, simultaneamente, os sinais de sons e imagens da televisão digital em canal aberto.

Parágrafo quinto – Os canais da Rede Legislativa de TV Digital transmitirão seus programas multiplexados em único canal de televisão digital de 6 MHz por meio do recurso de multiprogramação, conforme as normas técnicas aprovadas pela ABNT.

Parágrafo sexto – Os partícipes, para geração dos programas televisivos, transmissão dos sinais das respectivas subcanalizações e operação da estação transmissora, além da legislação constante do preâmbulo, comprometem-se a cumprir a legislação que regula a atividade de radiodifusão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) e, em particular, os seguintes normativos e suas alterações posteriores:

- a) Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações;
- b) Decreto n. 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- c) Decreto n. 10.401, de 17 de junho de 2020, que altera o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão;
- d) Decreto n. 10.405, de 25 de junho de 2020, que altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e outras normas para dispor sobre a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

execução dos serviços de radiodifusão e o processo de licenciamento de estações de radiodifusão;

e) Decreto n. 10.456, de 11 de agosto de 2020, que dispõe sobre o horário de retransmissão obrigatória do programa oficial de informações dos Poderes da República;

f) Portaria de consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023, do Ministério das Comunicações, que consolida as normas ministeriais de radiodifusão;

g) Portaria MCOM Nº 9.012, de 5 de abril de 2023, do Ministério das Comunicações, que consolida as normas da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações;

h) Resoluções da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ns. 635, de 9 de maio de 2014, que aprova o Regulamento sobre Autorização de Uso Temporário de Radiofrequências; 596, de 6 de agosto de 2012, que aprova o Regulamento de Fiscalização; 700, de 28 de setembro de 2018, que aprova o Regulamento sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação; e 721, de 11 de fevereiro de 2020, que aprova o regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências para os Serviços de Radiodifusão e seus Ancilares;

i) Portaria da Anatel n. 1709, de 04 de setembro de 2019, que aprova o procedimento de fiscalização dos Serviços de Radiodifusão;

j) Atos da Anatel ns. 458, de 24 de janeiro de 2019, que detalha os limites de exposição ocupacional e da população em geral a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; e 9.751, de 06 de julho de 2022, que aprova os requisitos técnicos para uso de radiofrequências para TV;

k) Legislação eleitoral, em especial, as Leis ns. 9.504/97 e 9.096/95, bem como as instruções publicadas pelo Tribunal Superior Eleitoral;

l) Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece os critérios básicos para promoção de acessibilidade;

m) Lei n. 10.222, de 9 de maio de 2001, que padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda;

n) Normas Brasileiras, aprovadas pela ABNT, relacionadas ao padrão de transmissão de televisão digital adotado pelo Brasil;

o) Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

p) Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração





CÂMARA DOS DEPUTADOS

pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;
q) Determinações e diretrizes aprovadas pelo Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização - Gired, criado pelo Edital de Licitação nº 002/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL, da Anatel;
r) Projeto da Astral aprovado pelo Acórdão nº 635, de 1 de dezembro de 2020, da Agência Nacional de Telecomunicações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA

Caberá à CÂMARA:

- I. Ceder aos partícipes subcanalizações dos canais consignados à CÂMARA no âmbito do Programa Digitaliza Brasil no estado da Paraíba, na forma de multiprogramação de televisão digital, de forma que cada partícipe possa transmitir as programações de seus respectivos canais de televisão em período integral, todos os dias da semana;
- II. Definir a padronização para as transmissões dos canais da Rede Legislativa de TV Digital, o que abrange as configurações e os parâmetros técnicos que os sinais e equipamentos devem observar, incluindo os sinais a serem enviados via satélite aos sítios de transmissão;
- III. Definir a padronização para a geração de alertas e alarmes referentes ao sistema de monitoração das estações;
- IV. Responsabilizar-se pela disponibilização dos sinais de televisão digital da CÂMARA em conformidade com a padronização da Rede Legislativa para recepção direta nos sítios de transmissão;
- V. Responsabilizar-se pelo cadastramento de engenheiro habilitado da ASSEMBLEIA, por delegação, no sistema Mosaico da Anatel, e pela conferência de documentos e solicitações da ASSEMBLEIA para o Ministério das Comunicações e para a Anatel referentes aos canais de TV Digital consignados à Câmara dos Deputados no estado da Paraíba, no âmbito do Programa Digitaliza Brasil;
- VI. Disponibilizar à ASSEMBLEIA toda a documentação fornecida pela Seja Digital referente ao primeiro licenciamento das estações;
- VII. Prestar suporte técnico, em nível consultivo, às prefeituras e à ASSEMBLEIA com relação à configuração dos equipamentos;
- VIII. Destinar, no mínimo, 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso e conservar em arquivo os textos dos programas, inclusive noticiosos, devidamente autenticados pelos responsáveis, durante sessenta dias, conforme determina o Código Brasileiro de Telecomunicações;
- IX. Zelar pelo fiel cumprimento dos termos deste Acordo.





- #### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E INVESTIMENTOS COMPARTILHADOS

Parágrafo terceiro – A ASSEMBLEIA fica responsável, antes do fim do prazo de validade da licença de funcionamento e/ou da autorização de uso de radiofrequência, ou antes de eventuais alterações de características técnicas, pelo **RELICENCIAMENTO** das estações e elaboração de toda a documentação acessória exigida, de maneira prévia, conforme legislação vigente, incluindo a elaboração de novo projeto técnico, atualização dos dados técnicos no sistema Mosaico e novo licenciamento das estações, quando necessários, submetendo-os à



Documento assinado por: **Depa** **ARTHUR LARA** **Comes Vieira**
Selo digital de segurança: 2023-RENV-FDCEGLMXPAT-DWFK



CÂMARA DOS DEPUTADOS

conferência prévia da CÂMARA.

Parágrafo quarto – A ASSEMBLEIA responsabiliza-se, mediante engenheiro habilitado, pelo cadastro de informações e pelo envio de documentos e solicitações para o Ministério das Comunicações e para a Anatel referentes aos canais de TV Digital consignados à Câmara dos Deputados no estado da Paraíba, no âmbito do Programa Digitaliza Brasil, submetendo-os à conferência prévia da CÂMARA.

Parágrafo quinto – A ASSEMBLEIA fica responsável pelo **MONITORAMENTO** da qualidade dos sinais captados e irradiados, e do funcionamento em tempo integral e ininterrupto da transmissão nas cidades com consignações do Programa Digitaliza Brasil no estado da Paraíba, comunicando imediatamente à respectiva prefeitura e à CÂMARA sempre que houver interrupção ou problemas na transmissão de algum dos sinais.

Parágrafo sexto – A ASSEMBLEIA fica responsável pela contratação de **SERVIÇO DE MONITORAÇÃO** mediante a utilização de sistema de automação e telesupervisão disponibilizado pela Seja Digital, especialmente para a monitoração dos equipamentos de transmissão, recepção e multiplexação e dos sinais de radiodifusão da televisão digital no âmbito do Programa Digitaliza Brasil em todo o estado da Paraíba, após o prazo de um ano dos serviços de monitoração inicialmente fornecidos pela Seja Digital. A ASSEMBLEIA fica também responsável por disponibilizar o acesso à CÂMARA a esse serviço. O serviço de monitoração deve ser compatível com o sistema de automação e telesupervisão fornecido pela Seja Digital, contemplando:

- a) Serviço de acesso à internet na estação transmissora, por meio de conexão de rede protegida, de forma a permitir acesso remoto para monitoração dos equipamentos da estação, inclusive pela CÂMARA;
- b) Serviço de coleta e armazenamento dos dados em nuvem provenientes da unidade de controle do sistema de automação e telesupervisão e dos equipamentos de transmissão, recepção e multiplexação via protocolo SNMP;
- c) Serviço de acesso e visualização de status da infraestrutura e dos equipamentos da estação;
- d) Serviço de processamento de dados e histórico de ocorrências, incluindo geração de alarmes automatizados e mapas de visualização.

Parágrafo sétimo – A ASSEMBLEIA fica responsável por realizar alterações ou correções excepcionais de **CONFIGURAÇÃO** de equipamentos de transmissão, multiplexação ou recepção dos sinais da CÂMARA, SENADO FEDERAL E ASSEMBLEIA, mediante suporte técnico da CÂMARA em nível consultivo, em todas as estações de transmissão do Programa Digitaliza Brasil no estado da Paraíba, observadas as seguintes condições:

Doc.: 250406 / 1 (ERV)



Documento assinado por: Genivaldo de Almeida
Selo digital de segurança: 2023-RECEBUEGLMXTDNUK



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- I. Somente serão consideradas alterações ou correções excepcionais de configuração, aquelas cujo intervalo médio de ocorrência seja superior a 1 ano;
- II. A necessidade de alterações ou correções excepcionais de configuração deverá ser pré-programada e informada à ASSEMBLEIA com antecedência mínima de 6 meses;
- III. Observadas as condições anteriores, a alteração ou correção excepcional de configuração abrange a alteração de frequência ou de satélite em decorrência de mudanças nos contratos de prestação de serviço de *uplink* e/ou segmento espacial da CÂMARA, SENADO FEDERAL e ASSEMBLEIA, bem como alteração dos serviços multiplexados.

Parágrafo oitavo – A ASSEMBLEIA fica responsável pela **GRAVAÇÃO E ARMAZENAMENTO** da programação diária de sua emissora, transmitida por multiprogramação nos canais consignados à CÂMARA, de acordo com o estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto n. 52.795/1963, mantendo o registro por um período mínimo de 30 (trinta) dias, e encaminhando-a à CÂMARA sempre que solicitado.

Parágrafo nono – A ASSEMBLEIA deverá manter **RESPONSÁVEL TÉCNICO** pela supervisão do funcionamento das estações de radiodifusão de televisão do Programa Digitaliza Brasil, no estado da Paraíba, nos termos da legislação vigente, e responsabilizar-se por:

- I. Manter os dados da estação atualizados no sistema Mosaico da Anatel, incluindo:
 - a. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de cargo ou função do profissional responsável técnico pela operação;
 - b. A conformidade entre os dados inseridos no sistema Mosaico e aqueles contidos nas documentações de projeto técnico, de licenciamento e em outros documentos enviados;
 - c. A conformidade entre os dados inseridos no sistema Mosaico e as informações dos equipamentos e parâmetros técnicos de fato instalados na estação;
 - d. Cadastro de informações e envio de documentos e solicitações para o Ministério das Comunicações e para a Anatel, mediante engenheiro habilitado, submetendo-os à conferência prévia da CÂMARA.
- II. Supervisionar o funcionamento das estações e a adequação das operações à legislação;
- III. Informar à CÂMARA as datas de vigência do contrato com o Responsável Técnico ou instrumento similar, as suas renovações, bem como qualquer ocorrência que acarrete alteração desse profissional.

Doc.: 250406 / 1 (ERV)



Documento assinado por: Gean AP de Rêgo
Selo digital de segurança: 2023-REV-ROG-GLM-XET-DNUK



Parágrafo décimo quarto – A ASSEMBLEIA fica responsável pelo pagamento ao Escritório Central de Arrecadação (Ecad) por eventuais cobranças de direitos autorais musicais pelas transmissões e retransmissões dos canais de TV Digital consignados à Câmara dos Deputados no estado da Paraíba, no âmbito do Programa Digitaliza Brasil.

c) Dublagem, em língua portuguesa, dos programas veiculados em língua estrangeira, no todo ou em parte, devendo ser transmitida através do Programa Secundário de Áudio (SAP) juntamente com a audiodescrição.

os programas veiculados em língua
transmitida através do Program
diodescrição.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CLÁUSULA SEXTA – DA PROPAGANDA ELEITORAL

Cabe aos partícipes a responsabilidade pela inserção e transmissão, em sua programação, da propaganda partidária e eleitoral federal, estadual e municipal, na forma da legislação e demais instruções da Justiça Eleitoral.

Parágrafo único – A ASSEMBLEIA deverá comunicar ao Juiz Eleitoral, em junho de cada ano em que houver eleições, que a emissora legislativa está em operação, a fim de que seja incluída nas reuniões sobre o plano de mídia, que define o espaço destinado a cada partido e as atribuições de cada emissora na transmissão da propaganda eleitoral.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRINCÍPIOS DA IMPESSOALIDADE E DA IMPARCIALIDADE

As emissoras dos partícipes devem zelar pela observância dos princípios da impessoalidade e da imparcialidade, na forma da Constituição Federal e da Lei n. 8.429/1992, sendo vedada a veiculação dos seguintes conteúdos:

I – propaganda político-partidária e eleitoral, ressalvada a prevista na Cláusula Sexta;

II – propaganda sindical ou que contenham logomarcas, slogans ou qualquer elemento que constitua promoção pessoal de candidatos a cargos eletivos, cargos diretivos de clubes, associações, sindicatos ou congêneres;

III – que caracterizem enaltecimento pessoal ou de terceiros, mesmo quando relacionado à atividade parlamentar, legislativa ou administrativa;

IV – que contenham propaganda com objetivo comercial;

V – que possuam teor discriminatório, preconceituoso, calunioso, difamatório, injurioso, ofensivos ou ilegais;

VI – que contenham informações protegidas por leis de propriedade intelectual, quando não autorizados;

VII – que contenham informações com restrição de acesso, nos termos da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou em desconformidade com a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Parágrafo primeiro – É vedada a participação de detentores de cargos públicos eletivos como âncoras, apresentadores, repórteres ou editores nas emissoras dos partícipes.

Parágrafo segundo – A ASSEMBLEIA deverá responsabilizar-se pelo conteúdo inserido nas respectivas subcanalizações cedidas pela CÂMARA, no âmbito do Programa Digitaliza Brasil, nos termos da legislação vigente, em especial:

a) Não veicular proselitismo de qualquer natureza, à exceção daquela decorrente da transmissão ao vivo e não editada dos trabalhos legislativos;

b) Não transmitir atividades parlamentares que configurem propaganda eleitoral antecipada;

c) Não transmitir qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como admitir patrocínio dos programas transmitidos.

Doc.: 250406 /





O descumprimento da legislação vigente para o serviço de radiodifusão, mencionada ou não neste Acordo, sujeita os partícipes às penalidades prescritas no Código Brasileiro de Telecomunicações e nos demais normativos do setor de radiodifusão.

a) gravidade da falta, que poderá ser leve, média, grave ou gravíssima;
b) antecedentes da entidade faltosa;
c) reincidência específica.

Parágrafo terceiro – O descumprimento da legislação de que trata o caput, e a respectiva sanção, serão de responsabilidade do partícipe que deu causa à infração;

I. Prestar, imediatamente, todas as informações e esclarecimentos necessários à elaboração da defesa pela CÂMARA perante o órgão autuador;

III. Restituir à CÂMARA, no prazo de 90 (noventa) dias, todos os valores eventualmente pagos a título de multas aplicadas pelos órgãos autuadores.

Parágrafo sexto – Caso o partícipe seja notificado ou autuado diretamente por órgão autuador por eventual irregularidade na transmissão, deverá dar conhecimento formal à CÂMARA, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

Os partícipes, quando solicitados e dentro de suas possibilidades, colocarão à disposição, mediante prévio acordo operacional entre as partes:

a) Material de arquivo de sua produção e sobre o qual detenha os direitos autorais patrimoniais, a título gratuito e sem encargos. Os programas cedidos somente poderão ser exibidos integralmente, com todos os seus

DO E PRODUÇÕES CON.

e dentro de suas poss
operacional entre as parte
ção e sobre o qual detenha
ito e sem encargos. Os
os integralmente, com toda



CÂMARA DOS DEPUTADOS

blocos de conteúdo e chamadas de seus realizadores (e/ou entidades que prestam apoio cultural para a sua execução), podendo as partes acrescentar-lhes apresentações e vinhetas;

b) Equipe e infraestrutura técnica necessárias à produção, geração e transmissão, em sua sede, de programas jornalísticos ou de projetos audiovisuais de interesse mútuo, em regime de coprodução, que serão propriedade das partes em igualdade de condições e sobre os quais deterão todos os direitos autorais de imagem e conexos.

Parágrafo primeiro – Quando da veiculação de material produzido, se fará constar a fonte ou a coprodução das matérias e programas.

Parágrafo segundo – Nenhum dos partícipes poderá, sem a autorização da outra parte detentora dos direitos autorais, reproduzir ou ceder a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, no todo ou em parte, qualquer programa ou imagem por eles produzidos nos termos deste instrumento, sob pena da possibilidade de denúncia deste Acordo por iniciativa do partícipe que se sentir prejudicado quanto ao pleno exercício de seus direitos autorais.

Parágrafo terceiro – Por este instrumento, os partícipes dispensam, entre si, autorização prévia para exibição de todos os programas e vídeos cedidos.

Parágrafo quarto – Os partícipes poderão utilizar as imagens e/ou trechos não superiores a 5 (cinco) minutos dos programas cedidos para fins de promoção de sua programação, de seus canais e dos operadores de TV autorizados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INTERLOCUÇÃO ENTRE OS PARTÍCIPIES

Os partícipes deverão indicar e manter atualizada lista de responsáveis administrativos e substitutos, preferencialmente formada por servidores.

Parágrafo único – Os indicados serão informados entre os partícipes por ofício e serão responsáveis pela interlocução entre as Casas Legislativas e pela supervisão do cumprimento deste acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA, DA DENÚNCIA E DA ALTERAÇÃO

O presente Acordo vigorará por prazo indeterminado, a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 4º, § 3º, do Ato da Mesa n. 52/2012.

Parágrafo primeiro – Este Acordo pode ser denunciado por qualquer dos partícipes, por meio de comunicação escrita, com antecedência de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo segundo – A eventual denúncia deste instrumento não prejudicará a execução das ações que tenham sido instituídas, devendo as atividades serem desenvolvidas normalmente até a sua conclusão.

Parágrafo terceiro – Qualquer alteração deverá ser realizada de comum acordo entre os partícipes mediante termos aditivos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos deste Acordo serão solucionados em comum entendimento entre os partícipes e formalizados em termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Acordo deverá ser publicado pela CÂMARA, de forma resumida, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL DA CÂMARA

Considera-se o órgão responsável pelo presente Acordo, no âmbito da CÂMARA, a Coordenação de Gestão Administrativa da Diretoria Executiva de Comunicação e Mídias Digitais, que indicará o servidor responsável pelos atos de acompanhamento e fiscalização deste Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir as dúvidas e questões decorrentes do cumprimento deste Acordo.

E por estarem assim de acordo, assinam o presente instrumento:

Brasília, 27 de Setembro de 2023.

Pela CÂMARA

ARTHUR LIRA
Presidente

Pela ASSEMBLEIA

ADRIANO GALDINO
Presidente

Doc.: 250406 / 1 (ERV)



Documento assinado por: Dep. ARTHUR LIRA
Selo digital de segurança: 2023-ROWE-QCGL-PXET-RVUK

Documento assinado por: Geane Aparecida Gomes Vieira
Selo digital de segurança: 2023-XFHG-FDEG-MPJJ-DNFK